

Jacqueline Lobo de Mesquita

Doutoranda na Pontifícia Universidade Católica

Email: jd89.jl@gmail.com

Lei de imigração: brasil de braços abertos, um mito ou ideal a ser seguido?

Este artigo tem como objetivo discutir como o processo de formação de políticas voltadas para a imigração no Brasil foi permeado pela busca de um ideal imigrante, e marcado por fatores de exclusão. Tal exclusão pode ser observada principalmente através da lei de cotas criada em 1934 pelo governo de Getúlio Vargas que estabelecia cotas migratórias de acordo com o número de pessoas que já estivessem no país, não permitindo que asiáticos e principalmente povos de países africanos entrassem no país com o pretexto de que tais restrições tinham por interesse garantir a “integração étnica e capacidade física e civil do imigrante”. A outra lente de análise nos permite questionar sobre quem são aqueles que participam do processo de formação da lei, que tinha como chaves de exclusão questões relacionadas principalmente quanto ao quesito gênero e classe, reflexos de um Brasil rural, patriarcal e marcado por elites.

Afim de realizar tal debate, mostraremos brevemente como o Brasil foi permeado por leis de imigração, mas precisamente como nos últimos anos o debate se tornou parte de uma agenda constante dentro do cenário político brasileiro e em como mulheres dificilmente fazem parte deste cenário de tomadas de decisões e ainda dentro deste como mulheres negras possuem ainda mais difícil acesso como bem aponta o relatório anual das desigualdades raciais de 2007-2008 (PAIXÃO e CARVANO, 2008), pelo critério da heteroclassificação, 87% de deputadas e deputados federais eleitos em 2006 foram identificados como brancos(as) e apenas 9% como negros(as). Entre 513 membros da Câmara, havia somente uma mulher preta e duas pardas, correspondendo a 0,6% do total das pessoas eleitas, um número muito distante da proporção das mulheres negras na população brasileira naquele ano - 24,8%. No Senado Federal, tais desigualdades eram mais acentuadas: 93,85% foram classificados como brancos(as). Entre as dez senadoras eleitas em 2006, que perfaziam 12,3% de representantes da Casa, nenhuma era negra. Tais dados, revelam que se por um lado a política migratória pensava quais eram os corpos que poderiam ocupar o espaço do Brasil, o mesmo pensamento se aplicava no que concerne quem poderia, e quem conseguiria entrar na esfera política, e sendo assim criar decretos, leis, e de fato tornar demandas de grupos factíveis. Para realizar tal artigo a metodologia utilizada será a etnografia dos caminhos percorridos pela lei entre os anos 2015 e 2018 na Câmara e no Senado, bem como aporte teórico de diferentes áreas do conhecimento, pois acreditamos que a migração é por excelência um objeto de estudo multidisciplinar.

Palavras chave: Migração, Brasil, Gênero, Política, Etnografia;